

## COMBUSTÍVEIS

### Carga tributária, sonegação e fraudes marcam primeiros depoimentos da CPI

Marta Sfreddo | Agência de Notícias 19:09 - 05/12/2005

Foto: Ana Paula Aprato



Próxima reunião será nesta quarta-feira

presidente, deputado Fabiano Pereira (PT), e pelos parlamentares Ciro Simoni (PDT) e Wilson Covatti (PP).

A forma de incidência do ICMS e questões como sonegação e adulteração no setor no Rio Grande do Sul marcaram os primeiros depoimentos nesta segunda-feira (5) à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Combustíveis, presidida pelo deputado Kanan Buz (PMDB). Foram ouvidos o presidente do Comitê Sul Brasileiro da Qualidade dos Combustíveis, Paulo Fernando Boamar, o secretário-adjunto da Secretaria Estadual da Fazenda, Luiz Antônio Bins, e o fiscal de tributos estaduais Enio Nallen. Eles foram questionados pela

Primeiro a depor, Boamar citou que os principais problemas do mercado de combustíveis são as adulterações na gasolina - feitas com a adição de álcool anidro além dos 25% permitidos pela Agência Nacional de Petróleo, da adição de solvente na gasolina C e da formulação ilegal da gasolina A a partir da mistura de solventes -, as fraudes e sonegação no álcool e a venda ilegal de diesel. Dos 38 postos revendedores gaúchos visitados neste ano, 21 foram autuados por falta de documentação e de informação ao consumidor. Além de um envelope com informações de caráter sigiloso entregue à comissão, Boamar apresentou um relatório que traz as preocupações do comitê com relação a denúncias divulgadas na imprensa nacional de empresas envolvidas em esquemas de comércio ilegal de combustíveis e de sonegação fiscal do álcool no Rio Grande do Sul.

Segundo ele, a estimativa de sonegação no comércio de gasolina C é de R\$ 84 milhões/ano. Em 2004, o volume de vendas de combustíveis no Rio Grande do Sul foi de 1,9 bilhão de litros. No álcool a estimativa de sonegação é de R\$ 44,6 milhões/ano e no diesel chega a R\$ 42 milhões/ano. "As fraudes nos combustíveis geram problemas de qualidade e de sonegação fiscal, impactando toda a cadeia de comercialização", ressaltou Boamar.

Luiz Antonio Bins afirmou que o presidente do Comitê Sul Brasileiro da Qualidade dos Combustíveis fez uma redução bastante simplista ao utilizar-se de dados sobre a sonegação total em relação ao setor de combustíveis no País e reproduzi-la considerando a proporção da participação do consumo do Rio Grande do Sul. Na avaliação de Bins, isto não condiz com a realidade. "Os próprios dados fornecidos pelas entidades do setor de combustíveis demonstram que temos no Rio Grande do Sul um monitoramento e uma incidência de problemas muito menor do que em outras regiões do Brasil. Isso não quer dizer que não temos problemas. Existem problemas mas são numa escala muito inferior à verificada em outras regiões brasileiras", argumentou.

Boamar apresentou uma comparação média de adulterações do Brasil e Rio Grande do Sul, com base na última divulgação da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Na gasolina, a média nacional é de 3,80% enquanto no Estado é de 0,80%; no diesel, a média brasileira é de 3,30%, contra 0,90% no território gaúcho o álcool hidratado, a média nacional é de 6,6% e no Estado, 3,5%. O especialista, porém, disse que no centro de Porto Alegre, por exemplo, a média de adulteração no óleo diesel é de 3,4% e no álcool hidratado é de 8,8%, maiores que a média nacional. Em cidades como Lajeado e Bento Gonçalves, a média de fraude no álcool hidratado é de 11,5%.

O representante da Secretaria da Fazenda explicou que a tributação do ICMS sobre os combustíveis é feita pela aplicação da substituição tributária, na qual o operador econômico do início da cadeia, no caso a refinaria e a distribuidora, é responsável pelo pagamento do imposto de todo o processo, desde a produção até o consumo. "Para se viabilizar esta forma de tributação, que é saudável para a economia como um todo, é preciso que se tenha a definição de

um valor sobre o qual incide a carga tributária", disse Bins. Este valor é apurado por pesquisa, em que a Receita Estadual, a partir da verificação em mais de 500 estabelecimentos revendedores, aponta a margem de valor agregado da produção ao consumo. Esta margem aplicada sobre um valor de partida é que define o preço presumido. "A pesquisa representa a fotografia do setor, a margem praticada num determinado momento. Não é o Estado que define o valor sobre o qual incide a tributação", frisou.

Os impostos sobre os combustíveis representam 21% do total da arrecadação do Estado. A última pesquisa foi aplicada em maio deste ano, definindo o valor de R\$2,88. A carga tributária sobre os combustíveis é de 29%.

A próxima audiência da CPI dos Combustíveis será realizada na quarta-feira (7), às 18h, quando seus integrantes ouvem os representantes do Ministério Público. O presidente do Comitê Sul Brasileiro da Qualidade dos Combustíveis, Paulo Fernando Boamar, foi convocado a depor novamente, desta vez em caráter sigiloso, na próxima segunda-feira (12), quando também deverá participar o representante da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

© Agência de Notícias  
Tel. (51) 3210-2044 / 3210-1255  
Fax. (51) 3210-2798

[redacao@al.rs.gov.br](mailto:redacao@al.rs.gov.br)

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul